



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI ORDINÁRIA Nº 4200/2002**

Ementa

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INCLUIR NA CESTA BÁSICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, AUTÁRQUICOS, FUNDACIONAIS E DA CÂMARA MUNICIPAL, SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR PARA AS GESTANTES E NUTRIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

**31/05/2002**

Status de Vigência

**Em vigor**



# Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO  
**LEI Nº 4.200 DE 31 DE MAIO DE 2002.**  
(Autoria do Ver. Renato Riggio Júnior)

Aut. Nº	103/2002
P.L. Nº	077/2002
Publ.:	14/06/2002

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a incluir na cesta básica dos servidores públicos municipais, autárquicos, fundacionais e da Câmara Municipal, suplementação alimentar para as gestantes e nutrízes e dá outras providências.”

**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º**- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na cesta básica dos servidores públicos municipais, autárquicos, fundacionais e da Câmara Municipal, suplementação alimentar para as gestantes e nutrízes, observando o disposto na Lei Municipal nº 4.035 de 5 de julho de 2001.

**Art. 2º** - O servidor público, mediante requerimento e comprovação documental do estado de gravidez e/ou puerpério, pleiteará a concessão do benefício previsto nesta lei.

**Parágrafo Único** – O direito a que se refere o *caput* do artigo 1º se estende à esposa ou companheira do servidor que comprovar estabilidade conjugal.

**Art. 3º** - O suplemento alimentar a que se refere esta lei poderá ser incluído na cesta básica mediante substituição de produtos a serem definidos e especificados em Decreto do Executivo Municipal, bem como a sua composição.



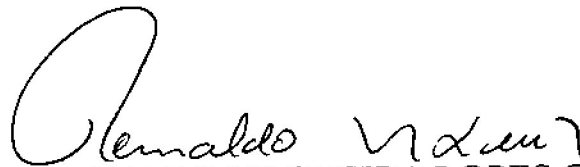
# Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 4º** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder abertura de crédito suplementar até o valor necessário para sua execução.

**Art. 5º** - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2003.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 31 de maio de 2002.

  
**REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**